

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**  
**ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf **MARCELO RODRIGUES DE OLIVEIRA**

**Os conflitos de interesses entre os Estados Unidos da  
América e a República Popular da China e seus  
possíveis reflexos para o Brasil**



Rio de Janeiro  
2021

Maj Inf **MARCELO RODRIGUES DE OLIVEIRA**

**Os conflitos de interesses entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China e seus possíveis reflexos para o Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Ten Cel Art Sérgio Munck

Rio de Janeiro  
2021

O48c Oliveira, Marcelo Rodrigues de.

Os conflitos de interesses entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China e seus possíveis reflexos para o Brasil. / Marcelo Rodrigues de Oliveira. —2021.

56 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Sérgio Munck.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia: f. 53-56

1. ESTADOS UNIDOS. 2. CHINA. 3. CONFLITOS. 4. INTERESSES. 5. BRASIL. I. Título.

CDD 355.03

Maj Inf **MARCELO RODRIGUES DE OLIVEIRA**

**Os conflitos de interesses entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China e seus possíveis reflexos para o Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em 15 de outubro de 2021.

COMISSÃO AVALIADORA

---

Sérgio Munck – Ten Cel Art - Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Felipe Araújo Barros – Ten Cel Eng - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Jairo Luiz Fremdling Farias Junior – Maj Inf - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa, à meus filhos e à meus pais,  
fontes diárias de inspiração e exemplo.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, o Senhor dos Exércitos, pelo dom da vida, pela tranquilidade nos momentos difíceis e pela saúde que tem me permitido seguir estudando e aprendendo a cada dia que passa.

Ao meu orientador, TC Sérgio Munck, pela orientação precisa e, principalmente, pela confiança e camaradagem que dispensou a mim em todos os momentos em que nos reunimos para melhorar este trabalho monográfico.

Aos meus pais, Baltazar e Rosiane, pelos exemplos de dedicação e amor, pela educação firme e sólida e por seu incentivo constante pelo meu sucesso.

À minha esposa Milene, meu amor, e a meus filhos Ana Luísa e Marcelo Filho, pela alegria de poder conviver com vocês todos os dias, pelo carinho, compreensão e incentivos de sempre.

Aos meus sogros, Dário e Rosa, pelo constante exemplo de superação e pelo carinho que dispensam a mim e a minha família.

Ao meu grande amigo, Cap QAO Azevedo, pelo incondicional apoio na obtenção do sucesso dessa caminhada.

Aos companheiros do 35º Batalhão de Infantaria, do 6º Batalhão de Polícia do Exército e da Companhia de Comando da 6ª Região Militar pela constante energia positiva depositada sobre minha caminhada.

E a todos aqueles que, de alguma forma, me apoiaram na labuta diária pela busca do saber.

“Só há dois tipos de relação sem conflito: as de subordinação e as que não existem.”  
(Garcia, Marcos Aurélio)

## RESUMO

A atual conjuntura global apresenta dois atores de elevado destaque. O primeiro deles é os Estados Unidos da América, que, durante anos, exerceu a liderança global nas cinco expressões do poder nacional e hoje luta para a manutenção desse *status quo*. O segundo é a República Popular da China, que desde o final da década de 1990 tem apresentado estrondosos índices de crescimento e, atualmente, já ameaça a hegemonia norte-americana em algumas vertentes estratégicas. Nesse contexto, o soberano tradicional e o pujante emergente passam a ter interesses que se caracterizam ora pela convergência e ora pela divergência. Essa dicotomia acaba por gerar reflexos e consequências para todo ecúmeno terrestre, com destaque especial para grandes economias como a do Brasil.

Palavras-chave: Estados Unidos, China, conflitos, interesses e Brasil.



## RESUMEN

La coyuntura global actual presenta dos actores de alto perfil. El primero de ellos son los Estados Unidos de América, que durante años ha ejercido el liderazgo mundial en las cinco expresiones del poder nacional y hoy lucha por mantener este status quo. La segunda es la República Popular China, que desde finales de la década de 1990 ha mostrado tasas de crecimiento atronadoras y, actualmente, ya amenaza la hegemonía estadounidense en algunos aspectos estratégicos. En este contexto, el soberano tradicional y el poderoso emergente comienzan a tener intereses que se caracterizan por la convergencia y/o la divergencia. Esta dicotomía termina generando reflejos y consecuencias para todos los ecumen terrenales, con especial énfasis en las grandes economías como Brasil.

Keywords: Estados Unidos, China, conflictos, intereses y Brasil.

## LISTA DE ABREVIATURAS

EUA	Estados Unidos da América
RPC	República Popular da China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de desenvolvimento humano
OMC	Organização Mundial do Comércio
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
USMCA	<i>United States–Mexico–Canada</i>
TPP	O Acordo de Associação Transpacífico
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
END	Estratégia Nacional de Defesa
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
PECh	Política Externa da China
CELAC	Comunidade de Países Latino-americanos e Caribenhos
ZEES	Zona Econômicas Especiais
IED	Investimentos Externos Diretos
TVE	<i>Township and village enterprises</i>
CNPC	<i>China National Petroleum Corporation</i>
CNOOC	<i>China National Offshore Oil Corporation</i>
SINOPEC	<i>China Petroleum &amp; Chemical Corporation</i>
ASEAN	Associação das Nações do sudeste Asiático
PCC	Partido Comunista Chinês
IISS	Instituto Internacional de Estudos Estratégicos
PIB	Produto Interno Bruto
CCPCC	Comitê Central do Partido Comunista Chinês
C&T	Ciência e Tecnologia
SCO	Organização de Cooperação de Shangai
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
USSOUTHCOM	Comando Militar do Sul
CBERS	Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres

UNCTAD

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e  
Desenvolvimento

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tropas militares ativas atuando fora dos estados Unidos em 2017 .....	24
Figura 2 – Gráfico da evolução do PIB Chinês .....	36
Figura 3 – Mapa do Mar do Sul da China .....	39
Figura 4 – Despesas em Pesquisa e desenvolvimento (P&D) de 2000 a 2014 .....	42

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2	<b>METODOLOGIA</b> .....	16
3	<b>OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA)</b> .....	16
3.1	OS INTERESSES DOS EUA, NA EXPRESSÃO POLÍTICA.....	17
3.2	OS INTERESSES DOS EUA, NA EXPRESSÃO ECONÔMICA .....	20
3.3	OS INTERESSES DOS EUA, NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL .....	22
3.4	OS INTERESSES DOS EUA, NA EXPRESSÃO MILITAR.....	23
3.5	OS INTERESSES DOS EUA, NA EXPRESSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	25
4	<b>A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC)</b> .....	26
4.1	OS INTERESSES DA RPC, NA EXPRESSÃO POLÍTICA .....	27
4.2	OS INTERESSES DA RPC, NA EXPRESSÃO ECONÔMICA .....	31
4.2	OS INTERESSES DA RPC, NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL.....	36
4.2	OS INTERESSES DA RPC, NA EXPRESSÃO MILITAR .....	37
4.2	OS INTERESSES DA RPC, NA EXPRESSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA .....	40
5	<b>O CONFLITO DE INTERESSES ENTRE AS POTÊNCIAS</b> .....	42
6	<b>OS POSSÍVEIS REFLEXOS PARA O BRASIL</b> .....	47
6.1	O BRASIL.....	47
6.2	OS POSSÍVEIS REFLEXOS DAS DISPUTAS DE INTERESSES .....	49
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53

## 1 INTRODUÇÃO

As relações no sistema internacional nunca se fazem sozinhas: **o crescimento de um país pode ser visto tanto como oportunidade quanto ameaça**. O desenvolvimento de armamentos pode significar guerra em potencial, enquanto que assinar acordos e tratados podem fortalecer canais de cooperação. Definitivamente a interação entre os países tem suas consequências. Agora jogue nessa bagunça internacional duas das maiores economias da atualidade e uma história de afastamento e aproximação. O resultado é complexo.

**A verdade é que esses dois gigantes são tão inimigos quanto dependentes um do outro. Em inúmeras áreas existe cooperação efetiva entre EUA E China: na luta contra o terrorismo, na tentativa de conter a proliferação de armas de destruição em massa ou na luta contra a crise financeira.**

A realidade é que, por mais que essas duas economias disputem o cenário econômico mundial, elas não conseguiriam se sustentar nele sozinhas. A China, desde a década de 2000, tem investido muito fortemente no Tesouro norte-americano e se tornado uma das maiores exportadoras para a América. Isso, de maneira prática e simples, significa que é muito do dinheiro da China que estabiliza a economia dos EUA, tanto porque empresta dinheiro ao governo em troca de um tipo de remuneração, com juros (através do investimento no Tesouro), quanto porque faz dinheiro entrar no país (com as exportações).

De maneira complementar, é justamente a compra de produtos pelo mercado estadunidense que garante o que chamamos de superávit (altos níveis de exportação) na balança comercial chinesa e a estabiliza como uma das economias que mais exporta. A compra e a venda de produtos são extremamente necessárias, de formas diferentes, para os dois mercados. (SOUZA E BRITO, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/eua-e-china-guerra-comercial>, grifo nosso)

Este trabalho se debruçará sobre o estudo dos conflitos de interesses existentes entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América, particularmente no que diz respeito aos possíveis reflexos para o Brasil.

Atualmente, Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China (RPC) são as duas maiores economias do planeta e representam, juntas, quase a metade do PIB global. Essa grandeza permite que estas nações busquem, em todos os campos do poder nacional, se projetarem internacionalmente. Para tal, os governos desses países elencam áreas de interesses e desenvolvem ações que protejam seus interesses internos e expandam suas zonas de influência, gerando o conflito entre esses Estados.

Os Estados Unidos da América possuem uma economia cujo as somas das riquezas produzidas giram, anualmente, em torno de 22 trilhões de dólares. Essa realidade permite que o país projete e subsidie seu mercado interno, invista em áreas além de suas fronteiras, fortaleça seu poder nacional e imponha sanções sobre nações e Organismos Internacionais (OI) que contrariem seus interesses.

Nos últimos anos, os EUA estabeleceram, como plano de interesse vital de sua governança, a política denominada “*American first*”, quando passaram a enfatizar o nacionalismo americano, o fortalecimento econômico interno, o unilateralismo na Política Externa e a rejeição de políticas internacionalistas. Para tal, adotaram ações, em todas as expressões do poder nacional, que buscaram sobrepujar os valores e os desejos norte-americanos, em detrimento aos demais países do globo.

A República Popular da China, por sua vez, apresentou, nas duas últimas décadas, uma economia pujante e com fortes índices de crescimento. Esse cenário, aliado com a política de não-intervenção em questões internas de outras nações e pelo gigantesco mercado consumidor interno sino, fez com que a nação liderada por Xi Jinping se projetasse internacionalmente e passasse a ganhar fatias de mercados que, tradicionalmente, pertenciam as grandes nações ocidentais.

Essa realidade fez surgir, na China, o interesse voltado para uma maior expansão global. Nesse sentido, os sinos passaram a desenvolver e exportar produtos de alto valor agregado, a realizar obras de infraestrutura em pontos além de suas fronteiras, a importar grande quantidade de *commodities*, a participar de acordos internacionais nos campos políticos, econômico e militar, a realizar questionamentos em Organismos mediadores internacionais, a projetar suas empresas multinacionais e a realizar empréstimos para outros Estados. Além disso, os chineses passaram a se fortalecer militarmente e a formar eixos de escoamento de produção que inundaram grande parte do mercado europeu, africano e asiático com seus produtos, gerando o descontentamento norte-americano.

Esses interesses, que oscilam entre a convergência e a divergência, geraram uma espécie de conflito híbrido com características que permeiam da aliança à animosidade. Se, de um lado, esses dois países concorrem por parcerias com países de economias capazes de atender suas demandas de importação e exportação, por outro, possuem um ambiente econômico interno as suas fronteiras de complementariedade.

Essa perspectiva permite que impactos aconteçam em toda a extensão do globo. O Brasil, que é possuidor de inúmeros pontos de atratividade, como a quinta maior extensão territorial do planeta e o sexto maior mercado consumidor, é colocado em posição de destaque, podendo obter vantagens deste conflito de interesses.

Nesse ínterim, o presente trabalho tem por objetivo analisar os possíveis reflexos para o Brasil resultante dos conflitos de interesses protagonizados pelos Estados Unidos da América e pela República Popular da China.

## **2 METODOLOGIA**

Seguindo a taxionomia apresentada por Vergara (2008), a pesquisa será do tipo bibliográfica, documental, descritiva e explicativa. A pesquisa é bibliográfica, porque terá sua fundamentação teórico-metodológica baseada na investigação de livros, artigos, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral. Documental porque requer a procura de fontes de informações mais profundas, cuja seleção contempla a subjetividade, mas que permitam elucidar aspectos inerentes aos conflitos de interesses entre os EUA e a RPC. Descritiva porque pretende evidenciar características da atuação e das correlações entre os interesses das grandes potências do Pacífico. A pesquisa descritiva servirá de base para a pesquisa explicativa, que tentará demonstrar como os interesses chineses e norte-americanos podem ser direcionados para os anseios do Brasil.

O método escolhido possui limitações, haja vista que, por se tratar de uma pesquisa predominantemente bibliográfica, estará limitada às consultas realizadas pelo autor, ainda que se busque a maior variação possível. Assim, entende-se como de extrema importância a seleção criteriosa das fontes a serem utilizadas no trabalho, a fim de se evitar que a análise subjetiva seja tendenciosa. Enfim, a metodologia utilizada irá evidenciar de forma objetiva e clara os seus tipos, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Com isso, acredita-se que a metodologia escolhida permitirá alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa, permitindo que o conhecimento produzido tenha credibilidade suficiente para que os objetivos dessa pesquisa sejam plenamente atingidos.

## **3. OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

[...] Os Estados Unidos confrontam-se agora com o desafio de alcançarem os seus objetivos por etapas, sendo cada uma delas uma amálgama de valores americanos e de necessidades geopolíticas. Uma das novas necessidades é a de que um mundo com vários estados de força comparável tem de basear a sua ordem num determinado conceito de equilíbrio – uma



ideia como a qual os Estados Unidos nunca se sentiram à vontade. (KISSINGER, 1994, p. 13).

Os Estados Unidos da América são uma república constitucional federal composta por 50 estados e um distrito federal. A maior parte do país situa-se na região central da América do Norte. Banhado pelos oceanos Pacífico e Atlântico, faz fronteira com o Canadá, ao norte, e com o México, ao sul. Com 9,37 milhões de km<sup>2</sup> de área e uma população de mais de 300 milhões de habitantes, o país é o terceiro maior em área total, o quinto maior em área contígua e o terceiro em população. Os Estados Unidos são uma das nações mais multiculturais e etnicamente diversas do mundo, produto da forte imigração vinda de muitos países. Sua geografia e sistemas climáticos também são extremamente diversificados, com desertos, planícies, florestas e montanhas que abrigam uma grande variedade de espécies.

Após o término da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos da América despontaram como a maior potência do mundo capitalista. Nessa época, os norte-americanos disputavam a hegemonia mundial com a, extinta, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com o fim da Guerra Fria, ocorrida em 1991, iniciou-se um período denominado "*american pax*", que se caracterizava pelo domínio global norte-americano nas expressões militar, psicossocial, econômico, político e científico-tecnológico. Esse domínio unilateral começou a se alterar a partir do início do século XXI.

### 3.1 OS INTERESSES DOS EUA, NA EXPRESSÃO POLÍTICA

Internamente, os EUA caracterizam-se por terem uma democracia forte e consolidada, tendo suas decisões oscilando de acordo com a ideologia da elite dominante, que ora estão sob a égide do Partido Republicano e ora são coordenadas pelo Partido Democrata. Ao longo da história, essa elite traçou os caminhos da nação.

Após a independência e de acordo com a Teoria do Destino Manifesto, os EUA passaram a guiar-se, no campo externo, pelos interesses nacionais, observando boa fé e justiça para com todas as nações e definindo suas relações com base em análises racionais dos interesses do país, visto que políticas influenciadas por sentimentos facilmente criariam "a ilusão de [...] interesses comuns imaginários, onde não existem interesses reais". Estava claro que "a grande regra de conduta para os americanos

com relação a nações estrangeiras consistia em estender as relações comerciais, de modo a ter com elas a menor conexão política possível" (Rocha, 2006).

A doutrina Monroe, proferida pelo presidente James Monroe no dia 02 de dezembro de 1823, deixou claro que o continente americano não deveria aceitar nenhum tipo de intromissão europeia sobre quaisquer aspectos, isto é, "América para os americanos". Essa Teoria política tornou o continente americano uma área vital de interesse dos Estados Unidos.

No século XX, a proposta de criação da Liga das Nações, pelo presidente Wilson, em meio a um conjunto de pontos genuinamente realistas, não foi coincidência: sua inspiração, fortemente marcada pela experiência norte-americana, veio ao encontro de um processo de ampliação da presença dos EUA no cenário internacional - coroada, não é demais lembrar, pelo fim da Primeira Guerra Mundial. A idéia do constitucionalismo, herdada de uma tradição do Direito Natural que Onuf (1998) denominou "republicanismo atlântico", possibilitou que se conferisse personalidade jurídica a entes abstratos, que, uma vez reconhecidos pelos demais como "pessoa", habilitavam-se a assumir compromissos em nome de seus súditos. A assunção de compromissos, por sua vez, permitiu dar início a relações sociais, políticas e econômicas que, afinal, serviram para consolidar a soberania dos Estados, ao conferir substância a suas interações (Rocha, 2006).

Durante a crise de 1929, momento em que as populações recorreram aos Estados na esperança de que eles pudessem restabelecer condições capazes de proteger os interesses coletivos, o governo norte-americano implementou políticas tendentes a reduzir liberdades individuais. As políticas articuladas pelo *New Deal*, caracterizada pelas tarifas comerciais dos anos 1930 e pela forte intervenção do Estado na economia, ilustram a consolidação de poder no âmbito do governo federal, o que possibilitou novos caminhos para a nação e alinhou a ação externa dos Estados Unidos ao poder das elites dominantes.

Em certo sentido, a "grande transformação" dos Estados Unidos em grande potência global deu-se a partir de 1944. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), organismo supranacional com forte influência norte-americana, e a convenção de *Bretton Woods*, determinando o padrão dólar-ouro como parâmetro do comércio internacional, os Estados Unidos projetaram-se como principal nação do ecúmeno terrestre. A partir daí, os interesses externos norte-americanos passaram a ser direcionados para a recuperação dos países ocidentais devastados pela guerra,

como a Alemanha e o Japão, e a mitigar o avanço da extinta União Soviética. Para tal, o Governo de Washington projetou planos de apoio como o Marshal, voltado para a recuperação da Europa, o Plano Dodge, objetivando reerguer o Japão, e o Plano Colombo, voltado para a Ásia. Com essa ação, reafirmaram que seus interesses externos se projetam em âmbito global.

Findada a Guerra Fria, em 1991, iniciou-se um período denominado “*American Pax*”. Nesse período, os Estados Unidos, como única potência global, fortaleceram seus interesses regionais com a criação de organismos como o NAFTA, em 1994, e projetaram suas ações em regiões estratégicas na Ásia Central e no Sudeste Asiático.

No início dos anos 2000, os interesses dos Estados Unidos foram embasados por uma política externa, de caráter unilateral, adotada pelo Presidente George W Bush após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. A Doutrina Bush se caracterizou pela adoção de medidas preventivas de defesa contra o terrorismo cujo objetivo era proteger as fronteiras e o cidadão norte-americano. Essa ação externa promoveu, também, a categorização dos países do Eixo do Mal, que se configurou pelo endurecimento das relações diplomáticas com a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque.

A década de 2000 foi marcada pela alta prioridade política para a segurança interna e pela eficaz ação externa. Criada em 2001 e renovada em 2009, o Ato Patriota foram medidas que restringiram a privacidade e liberdades individuais para aumentar a capacidade de investigação das agências de inteligência (ex: Agência Central de Inteligência - CIA e Agência de Segurança Nacional - NSA). No campo externo, a Guerra ao terror permitiu o uso da força em qualquer lugar que ameaçasse a segurança dos EUA, de maneira preventiva e unilateral, sem consultar aliados, aumentando a influência global do país.

Atualmente, os interesses norte-americanos estão concentrados em áreas onde outras potências globais estão buscando projetar poder. Nesse sentido, observa-se um conflito de interesses com BRICS, pois o governo de Washington considera que estes países podem contrapor hegemonia norte-americana; nota-se novas disputa geopolítica com Rússia e com a China, com ênfase nas áreas de influência do Oriente Médio, do Sudeste Asiático e da Ásia Central; considera-se outros conflitos entre EUA e organismos internacionais, como os observados no Tratado de Proibição de Armas Biológicas e no Tratado de Proibição de Armas Nucleares (TNP); e verifica-se, também, na pressão política sobre Coreia do Norte para conter suas pretensões de desenvolvimento de tecnologia nuclear.

Por fim, os interesses dos Estados Unidos estão baseados no fortalecimento da glória histórica norte-americana nos cenários internos e externos.

### 3.2 OS INTERESSES DOS EUA, NA EXPRESSÃO ECONÔMICA

Os interesses econômicos dos Estados Unidos possuem como causa histórica o natural empreendedorismo americano que, influenciado pela "ética protestante", alavancou o desenvolvimento econômico da nação e permitiu a sua projeção para além de suas fronteiras.

A força norte-americana apoiou-se, em um primeiro momento, na grande diversidade de recursos estratégicos, como o ferro e o petróleo, e em uma matriz energética baseada em combustíveis fósseis. Essa realidade fez com que o país investisse no desenvolvimento de tecnologias voltadas para a produção e a extração de produtos como o carvão, possibilitou a entrada norte-americana na Primeira Revolução Industrial, bem como permitiu a realização de acordos bilaterais e multilaterais com fornecedores que atendessem as demandas de seu mercado interno.

Nos últimos anos, os EUA reafirmaram seus interesses no campo energético, não apenas como o principal demandante global, mas também como um gigantesco produtor de petróleo e gás. A crescente produção do *Shale Gás* (gás de xisto) permite aos EUA, por meio de suas empresas, seu reposicionamento no setor de energia global. Ainda, a grandeza do papel geoeconômico do país acentua a importância da matriz energética para a consecução das relações internacionais.

Outro ponto forte da maior potência da América está relacionado ao setor de transporte. A vastidão territorial fez com que o país desenvolvesse a expertise na construção de ferrovias e rodovias de muito boa qualidade, bem como hidrovias bem estruturadas. Por meio da habilidade adquirida, os Estados Unidos, utilizando-se de suas empresas, realiza grandes obras em territórios além de suas fronteiras como a construção do Canal do Panamá, que estimulou o comércio entre a América e a Ásia.

Por meio de agências como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os Estados Unidos projetam seus interesses sobre o sistema financeiro global. Buscando regular as práticas monetárias internas de países com dificuldades de promover, por meio de financiamento, o desenvolvimento de outras nações, o governo

de Washington utiliza parte de seu tesouro para prover empréstimos para outros países, sobretudo os em desenvolvimento.

Outro ponto de interesse econômico norte americano se concentra na participação, como agente influenciador, em blocos de poder. Na Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), sua estada permite influência sobre os países com economias de alta renda e de bons IDH e que buscam estimular o progresso econômico. Na Organização Mundial do Comércio (OMC), a ação norte-americana permite influenciar a regulamentação do comércio internacional e o monitoramento e a implementação dos acordos em vigor, bem como a execução da política comercial dos países membros, negociando o acesso de novos participantes e acompanhando as atividades relacionadas com o processo de solução de controvérsia.

Os Estados Unidos são a nação mais rica do mundo. Sua economia, que representa quase 25% da produção global de bens e serviços, gerou, segundo o seu Departamento de Comércio, uma soma exorbitante de US\$ 21,4 trilhões, no ano de 2018. Ainda, segundo a *Forbes Global 2000 Lists 2019 – The World's Largest Companies*, na relação das 100 maiores multinacionais do mundo, 36 são estadunidenses.

A produção agrícola projeta, também, os Estados Unidos no campo internacional. Para fortalecer esse setor, o governo de Washington concede subsídios para seus produtos e desenvolve tecnologias que, aliadas com a disponibilidade de terra, faz com que o país seja um dos maiores produtores de soja, trigo e milho do mundo. No campo externo, os interesses norte-americanos se concentram em desenvolver ações protecionistas que visam sobretaxar produtos agrícolas de outros países.

Recentemente, os interesses norte-americanos estão voltados para a repotencialização de sua economia. Para tal, buscou, em 2018, a Renegociação do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), criando o USMCA; promoveu o Incentivo à indústria nacional, criando condições para o aumento da oferta de empregos na indústria por meio de incentivos fiscais; e concretizou a Saída do Tratado de Associação Transpacífica (TPP), por acreditar que essa aliança colocava em risco a propriedade intelectual

Por derradeiro, a Guerra Comercial com a China se configura como um impulso para Washington. Para mitigar o crescimento chinês, os Estados Unidos sobretaxam

os produtos de alta tecnologia, aço e alumínio, bem como aumentam as tarifas de importação dos produtos químicos e materiais de construção. Além disso, restringem, em solo americano, o comércio da gigante de tecnologia Huawei.

### 3.3 OS INTERESSES DOS EUA, NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

Criada no Século XVIII, a expressão "*American Way of life*" representa disseminação global, por meio de mecanismos ideológicos e de atração cultural como filmes, séries e música, do modo de vida americano. Utilizada durante vários períodos durante a Guerra Fria, servia para mostrar as diferenças da qualidade de vida entre as populações dos blocos capitalista e socialista e implicava a crença da "superioridade" da democracia americana, fundada no livre mercado e na competição sem limites. No final do século XX e no início dos anos dois mil, o termo novamente se tornou presente, graças à crença difundida tanto por Bush pai quanto por Bush filho de que o estilo de vida americano não pode ser ameaçado e nem negociado. Bush pai utilizou, em 1992, como argumento para recusar propostas de diminuição das taxas de gás carbônico, afirmando que o *American way* não pode ser negociável. Já Bush filho utilizou-se da expressão para convencer a população americana a apoiá-lo na "instauração da democracia" no Afeganistão e no Iraque, defendendo que o modo de vida americano não pode ser ameaçado por outras nações. Atualmente, a "*American Way of life*" projeta-se mundialmente por meio da indústria cinematográfica e por intermédio da padronização do consumo mundial, permitindo o crescimento de empresas como a Apple e a Nike.

A questão migratória se tornou um ponto de atenção para o governo norte-americano. A entrada de grande leva de imigrantes ilegais, oriundos da fronteira terrestre com o México e de países africanos e asiáticos, tem se tornado um problema social no país pois potencializa os números de desempregados e subempregados. Para mitigar essa questão, o antigo presidente, Donald Trump, procurou construir um muro de contenção na fronteira do país com o México e enrijeceu as leis migratórias do país a fim de eliminar a imigração em cadeia. Ainda nesse viés, os EUA impuseram restrições a grupos étnico-religiosos considerados radicais de modo a banir a entrada de viajantes que pudessem pôr em risco a sua população. Cabe ressaltar que o atual chefe do Poder Executivo, presidente Joe Biden, mantém a política de seu antecessor

e deporta para os países de origem os imigrantes ilegais que ingressam nos Estados Unidos.

Ainda, a valorização do “*Self Made Man*” também é considerada um ponto vital para os Estados Unidos. Esse conceito, que valoriza o empreendedorismo, se torna um interesse do Estado à medida que desonera as contas públicas quando incute no cidadão a crença que o indivíduo só pode crescer e prosperar em uma sociedade por meio da meritocracia.

### 3.4 OS INTERESSES DOS EUA, NA EXPRESSÃO MILITAR

Atualmente, os Estados Unidos possuem a hegemonia global no campo militar. Dotados de recursos humanos de boa qualidade, bem aparelhados e com cerca de um milhão de combatentes, as Forças Armadas estadunidense garantem sua segurança interna, que é pouco ameaçada em suas fronteiras, e permitem sua projeção global por meio de suas bases. Ainda, segundo o site Defesanet, os gastos militares dos Estados Unidos, no ano de 2019, cresceram 5,3%, totalizando US \$ 732 bilhões e representaram 38% dos gastos militares globais.

Em 2008, buscando manter sua presença em uma região de tradicional influência, os EUA reativaram a Quarta Frota no Atlântico. Em resposta à Ascensão de Governos antiamericanos (Venezuela, Bolívia e Equador), aos Exercícios conjuntos Rússia/Venezuela no Atlântico Sul, a descoberta de petróleo no Pré-sal e a pirataria no Golfo da Guiné, Washington intensificou seu domínio militar sobre o oceano que banha, por leste, as Américas.

No ano de 2018, o senado americano aprovou o reordenamento da Estratégia Nacional de Defesa (END). Essa nova lei, que é de vital interesse da nação, elenca a Rússia e a China como principais contendores da hegemonia norte-americana; permitiu o incremento dos gastos com defesa; estabeleceu novos conceitos operacionais; e possibilitou a modernização de diversos campos como o nuclear, de inteligência artificial, cibernética, espacial e balístico.

O aumento nos investimentos possibilitou, em um primeiro momento, a realização de operações militares como as realizadas no Afeganistão, a partir de 2001, no Iraque, a partir de 2003, na Primavera Árabe, em 2011, e na Síria, a partir de 2014. Recentemente, o acréscimo de recurso na área de defesa permitiu o desenvolvimento

de inovações no campo militar, como a criação do Comando Espacial dos EUA (*SpaceCom e US Space Force*), ocorrido em dezembro de 2019.

A presença global norte americana se configura como um interesse vital da nação. O exército, a marinha, a aeronáutica e a guarda costeira possuem dados globais impressionantes. De acordo informações do *Defense Manpower Data Center*, os Estados Unidos possuem cerca de 200.000 integrantes ativos em pelo menos 170 países. O Japão, atualmente, abriga o maior contingente militar norte-americano, com 39.000 pessoas. A Alemanha aparece na sequência, com 34.800, enquanto 23.468 estão na Coreia do Sul.



FIGURA 1 – Tropas militares ativas atuando fora dos estados Unidos em 2017

Fonte: Revista Forbes, 2017.

A Eliminação de focos terroristas é um ponto de atenção do governo norte-americano. Nesse contexto, a neutralização do líder da Al Qaeda, Osama Bin Laden, na Operação Lança de Netuno no ano de 2011 e a eliminação do líder da unidade de elite da Guarda Revolucionária do Irã, General Qasem Solemani, em 2020, apresentou a força bélica dos Estados Unidos, bem como projetou o país internacionalmente.

### 3.5 OS INTERESSES DOS EUA, NA EXPRESSÃO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



Segundo o site [Shereamerican.gov](http://Shereamerican.gov), os Estados Unidos, no campo científico tecnológico, fizeram, em 2018, o maior investimento em pesquisa e desenvolvimento, forneceram a maior quantidade de serviços empresariais, financeiros e de informação, bem como foram o maior produtor de alta tecnologia do mundo.

Atualmente, é de interesse norte-americano a busca pela vanguarda tecnológica. Para tal, o país investe na qualificação e especialização da força de trabalho, com destaque para a capacidade de inovação; desenvolvem modernos centros de pesquisa, como as universidades de Boston e Massachusetts; e, em seu território, hospedam importantes centros de desenvolvimento tecnológico, como o Vale do Silício que conta com a presença de empresas como a Google, a Apple e o Facebook.

O desenvolvimento e o domínio da tecnologia aeroespacial é um fator de preocupação dos EUA. Desde a criação da NASA, em 1958, os norte-americanos desenvolvem modernas técnicas que possibilitaram, em 1969, a chegada do homem a lua e permitiu, em 2020, a retomada do lançamento de astronautas.

Ainda, os EUA têm geoestratégias para manter a sua superioridade tecnológica sobre a China. Essa disputa pela liderança mundial projeta-se no tema da tecnologia 5G, bem como sobre a infraestrutura de rede de telecomunicações móveis e fixas. Os Estados Unidos não possuem nenhuma empresa global líder em tecnologia de 5G, diferentemente da China, a qual possui a Huawei. Nesse jogo geopolítico, encontram-se as empresas de telecomunicações, as empresas fornecedoras de tecnologia de 5G, empresas de tecnologia (fornecedoras de software, hardware, microchips, dispositivos IOT) e as empresas de infraestruturas de rede. Atualmente, os EUA viraram o maior mercado para a empresa sueca Ericsson, por conseguinte, o país começou uma campanha de boicote à Huawei, com acusações de que a empresa chinesa roubou propriedades intelectuais de empresas norte-americanas e a acusa de vender produtos com tecnologia nacional a países que sofreram embargo dos EUA, como Irã e Coreia do Norte.

#### 4. A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Segundo o presidente Xi Jinping: “É provado pelos fatos que, sem *reforma* e *abertura*, não teríamos a China de hoje, para já não dizer do seu futuro. Por meio de reformas, temos resolvido uma série de problemas importantes. Daqui para a frente, **insistiremos em usar o mesmo instrumento para superar as dificuldades e desafios no nosso caminho.**

Temos definido a meta de “dois centenários”. Isto é, duplicar até 2020 [quando o Congresso Nacional do Povo celebra seu centenário] o PIB e a renda *per capita* na base de 2010 e consumir a construção integral de uma sociedade modestamente próspera, e culminar em meados do presente século [2049, quando a República Popular da China comemora seu centenário] a **transformação do nosso país em um país socialista moderno, próspero, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso, concretizando o sonho de grande rejuvenescimento da nação chinesa.**” (SAFATLE E RITTNER, 2014, grifo nosso)

A República Popular da China é o maior país da Ásia Oriental e o mais populoso do mundo, com mais de 1,38 bilhões de habitantes, quase um quinto da população da Terra. Com aproximadamente 9,6 milhões de quilômetros quadrados, é o quarto maior país do mundo em área total. A nação tem uma longa história que é composta por diversos períodos distintos. A civilização chinesa clássica, uma das mais antigas do mundo, floresceu na bacia fértil do rio Amarelo, na planície norte do país. O país expandiu-se, fraturou-se e se reformulou várias vezes.

A República da China, fundada em 1911, após a queda da dinastia Qing, governou o continente chinês até 1949. Após o fim da Guerra Civil Chinesa, naquele mesmo ano, o Partido Comunista Chinês (PCC), sob a liderança de Mao Tsé Tung, derrotou o nacionalista *Kuomintang* no continente e estabeleceu a República Popular da China.

Em 1979 foi estabelecido o “Programa das Quatro modernizações”. Esse projeto, que também ficou conhecido como o socialismo com características chinesas, teve como escopo o aprimoramento da indústria, agricultura, ciência e tecnologia e Forças Armadas. Esse prospecto direcionou o crescimento da China e balizou os interesses sino para além de suas fronteiras.

#### 4.1 OS INTERESSES DA RPC, NA EXPRESSÃO POLÍTICA

O PCC, composto por 84 milhões de membros e com o controle absoluto sobre o sistema político, restaurou a legitimidade anteriormente personificada no imperador. Esse partido prolongou e radicalizou uma tradição milenar, ao criar uma espécie de Dinastia Mandarim, que segue governando a China segundo os mesmos preceitos morais confucianos do período imperial (Fiori, 2013). Isto requer um alinhamento dos interesses das burocracias sobre o bem público comum, ou seja, a estabilidade política e a garantia de uma renda real crescente e de melhores condições de vida para a população. O Estado deve dispor de uma estratégia e ter por objetivo o

desenvolvimento. A autoridade política deve gerir a economia de forma a produzir mais riqueza, de maneira cada vez mais eficaz, para construir um país moderno, rico e poderoso. As políticas macroeconômicas, industriais, comerciais, de ciência e tecnologia, e de defesa devem estar a serviço da grande estratégia social e nacional, e da luta pela conquista ou *reconquista* de uma posição internacional autônoma e preeminente. A planificação estratégica visa à “harmonia”, vale dizer, ao equilíbrio de forças. Nesse sentido, os interesses privados (ou capitalistas) não devem ser poderosos o suficiente para ameaçar a supremacia incontestável do Estado, que mantém um amplo conjunto de empresas públicas e regula rigorosamente diversas esferas econômicas e as relações com o exterior. Por conseguinte, os mecanismos de mercado – a taxa de juros, a taxa de câmbio, a tributação, os preços – são um instrumento e não um fim em si mesmo; e a abertura econômica assume a condição de eficácia que conduz a uma diretriz operacional, qual seja, alcançar e ultrapassar os concorrentes estrangeiros (LI, 2015; AGLIETTA e BAI, 2012; KROEBER, 2011).

Nesse sentido, o movimento de universalização da Política Externa Chinesa (PECh) tem sido impulsionada por mudanças internas e internacionais. De um lado, o fortalecimento da economia chinesa e a crescente necessidade de insumos (petróleo, alimentos, minérios) e mercados. De outro, o fortalecimento diplomático chinês relacionado às oportunidades e desafios gerados pela transição sistêmica, que impulsionou a construção de novos alinhamentos na política internacional. (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

A China mantém uma política de estreitamento de laços com seus vizinhos asiáticos, fomentando projetos de infraestrutura, reforçando laços comerciais e contribuindo para o desenvolvimento dos países fronteiriços. Assim, segundo Cintra e Pinto (2017), a estratégia de permitir que seus vizinhos se beneficiem das externalidades de sua ascensão fortalece a diplomacia “ganha-ganha”.

Dessa forma, Pequim delinea claramente uma racionalidade por trás desses megaprojetos de infraestrutura. Primeiro, o aprofundamento da integração física com os países fronteiriços, relativamente subdesenvolvidos, pode viabilizar novas redes de comércio, abrir novas rotas de trânsito para suas exportações de bens e serviços, sobretudo, para as empresas estatais de cimento, aço, navios, guindastes e equipamento pesado de construção, as quais enfrentam elevada capacidade produtiva ociosa. Segundo, auxiliam na contenção dos conflitos étnicos na região instável de Xinjiang e, simultaneamente, fomentam o desenvolvimento dos países

vizinhos, possibilitando que se beneficiem de sua ascensão e reforçando a diplomacia “ganha-ganha”. Isto marca uma mudança com o passado recente, quando Pequim cultivava estreitas relações diplomáticas apenas com Coréia do Norte e Mianmar. Terceiro, o financiamento e a construção de infraestruturas em regiões fronteiriças relativamente subdesenvolvidas da Ásia cortejam e envolvem os países vizinhos, procurando ganhar sua confiança, no projeto de prosperidade recíproca e de destino comum, tornando sua ascensão mais aceitável. Caso contrário, corre-se o risco de criar uma coalizão liderada pelos Estados Unidos que buscará restringir suas ambições. Quarto, o foco da Rota da Seda Marítima é comercial, mas o país está construindo uma forte Marinha para proteger suas rotas de abastecimento independentemente da Marinha americana. O objetivo de longo prazo é exercer controle sobre os mares da China e empurrar a Marinha americana para o Pacífico Ocidental. Quinto, o financiamento de megaprojetos de infraestrutura que, mesmo com baixas taxas de retorno, permite que os chineses mantenham em sua posse títulos do governo americano. Sexto, a construção de infraestrutura ao longo das fronteiras e a modernização dos portos na Ásia representam a tentativa de restauração da posição da civilização chinesa na Ásia, projetando as bases de um império econômico (MILLER, 2014). Em suma, a atuação política da China em seu entorno estratégico visa o aumento de sua área de influência.

O modelo de atuação chinês na África se configura como uma ação estratégica que diverge das relações Estados Unidos/África e Europa/África. A cooperação mútua para o desenvolvimento e a não-intervenção nos assuntos internos de cada nação, sem a imposição de cartilhas de conduta condicionante, são bem distintos dos modelos praticados por EUA e Europa. Esse modelo sino-africano sofre críticas de acadêmicos e meios de comunicação ocidentais que acusam a China de apoiar, financeira e politicamente, regimes ditatoriais – como o Sudão – contribuindo para elevação dos níveis de corrupção e prejudicando os esforços da Comunidade Internacional de promover a democracia e os direitos humanos na região (BRITES, 2012). Para os países africanos, a aproximação com a China é benéfica, gerando desenvolvimento mútuo e consolidando os laços diplomáticos, conforme o discurso oficial do governo chinês. Cabe ressaltar que, segundo Visentini e Oliveira, as forças políticas e mídias Ocidentais (especialmente EUA, Reino Unido, França) afirmam que o envolvimento de Pequim com o continente africano não passa de uma espécie de neoimperialismo à chinesa.

Na América Latina e de acordo com o site da embaixada da China no Brasil o Governo chinês tem a meta de estabelecer uma Parceria de Cooperação Abrangente China-América Latina e Caribe, caracterizada pela igualdade, benefício recíproco e desenvolvimento comum. Em 2014, os líderes da China, da América Latina e do Caribe se reuniram em Brasília, definindo o posicionamento desta parceria acima referida. Desde então, as relações China-América Latina e Caribe entraram numa nova fase de cooperação abrangente. Entre os dois lados, os contatos de alto nível e diálogos políticos são frequentes, as cooperações nas áreas do comércio, investimento e finanças desenvolvem-se de forma abrangente e rápida, os intercâmbios culturais e entre povos estreitam-se a cada dia que passa. Os dois lados dão apoios mútuos e fazem cooperações estreitas nos assuntos internacionais, e o estabelecimento do Fórum entre a China e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (doravante designado como o Fórum China-CELAC) proporcionou uma nova plataforma para a cooperação China-CELAC, criando uma situação marcada pelo desenvolvimento simultâneo e a promoção recíproca da cooperação integral e das cooperações bilaterais entre os dois lados.

Na área política, ainda de acordo com o site da embaixada chinesa, esse país realiza na América Latina e no Caribe um intercâmbio com as seguintes finalidades: desenvolver, de forma plena, o papel de orientador político de alto nível; manter as visitas mútuas e contatos entre os dirigentes da China e dos países da América Latina e do Caribe nas ocasiões multilaterais internacionais; fortalecer a comunicação sobre as relações bilaterais e assuntos importantes de interesse comum; trocar experiências de governança de modo a assimilar experiências e sabedoria das tradições históricas e práticas do desenvolvimento das duas partes; aumentar ainda mais a troca de experiência na área de governança e desenvolvimento, promovendo desenvolvimento comum; inserir mecanismos de diálogos e consultas intergovernamentais, objetivando desenvolver de forma plena os papéis dos mecanismos de comissão de alto nível de consertação e cooperação, comissões mistas, comissões permanentes intergovernamentais, diálogos estratégicos, comissões mistas econômicas e comerciais e consultas políticas, entre outros, aperfeiçoar os mecanismos de diálogos e consultas intergovernamentais entre a China e os Países de América Latina e do Caribe, promovendo o diálogo e cooperação entre os governos; realizar intercâmbio entre os órgãos legislativos, objetivando o aprofundamento de conhecimentos e desenvolvimento de cooperação; desenvolver de forma plena os papéis de

intercâmbio a diversos níveis, nomeadamente os contatos de alto nível, comissões especializadas, grupos de amizade e órgãos operativos, entre outros; reforçar o intercâmbio amistoso a vários níveis e através de canais diferentes, com os parlamentos, organizações parlamentares regionais e sub-regionais dos países latino-americanos e caribenhos; promover o intercâmbio entre os partidos; e realizar intercâmbio a níveis locais de modo a compartilhar experiências de desenvolvimento e governança local.

Na Europa, a China utiliza uma estratégia bilateral que, por meio de encontros entre a União Europeia e o governo de Xi Jinping, traçam planos para a execução de manobras políticas específicas para Europa. Nessa concepção, a China aplica uma estratégia global que, dentre outros assuntos, orientam sua diplomacia de modo a ganhar influência neste continente, bem como orientar as ações de suas empresas.

Na América do Norte, com especial ênfase para os Estados Unidos, os interesses da política externa chinesa buscam o equilíbrio. Pequim, também, visa investir na criação e direção de novas organizações multilaterais, revelando o interesse no aparecimento de instituições paralelas as atualmente existentes, que são majoritariamente liderados pelos EUA. Além disso, os chineses tentam reduzir a influência norte-americana no mundo em geral por meio da estratégia de contenção das operações militares dos Estados Unidos no Pacífico, do isolamento dos seus parceiros e enfraquecimento de suas alianças.

Em síntese, segundo a revista de estudos chineses, a política externa chinesa, esculpida por fortes motivações internas e caracterizada por uma diplomacia econômica cada vez mais ativa, quer no plano bilateral quer no multilateral, vai combinando o *soft power* com o *hard power* por forma a assegurar as suas prioridades. A China tem recorrido ao multilateralismo no âmbito regional como uma forma de exercer o *soft power*, de índole não só econômica, mas também cultural, político e civilizacional, e no plano internacional como um meio de atingir um mundo multipolar, alterando a atual hierarquia do sistema internacional, prioritariamente unipolar. Ao apresentar-se perante outros Estados como defensora de relações *win-win* e com uma postura de não interferência nos assuntos internos, em contraste com a postura norte-americana e ocidental de desrespeito pela soberania e de imposição de sanções, a China conquista facilmente os países sujeitos ao escrutínio e é vista como um modelo pelo mundo em desenvolvimento, nomeadamente naqueles a quem dá crédito e

investe em troca de recursos naturais. Assim, a Política Externa Chinesa joga-se, simultaneamente, em vários tabuleiros.

#### 4.2 OS INTERESSES DA RPC, NA EXPRESSÃO ECONÔMICA

A importância crescente da economia chinesa constitui um fenômeno marcante da evolução econômica global no último quarto de século. Essa magnitude manifestou-se no aumento do contributo para o crescimento da economia mundial, no reforço considerável do peso da China nos fluxos de comércio internacional e na captação de montantes significativos de investimento direto estrangeiro. Em 2004, a economia mundial cresceu 5.1%, sendo cerca de 1/4 desse crescimento atribuível à China. Por outro lado, o crescimento das importações chinesas contribuiu em cerca de quinze por cento para a expansão do comércio mundial entre 2000 e 2004. Em 2004, a China foi o terceiro maior receptor de investimento direto estrangeiro a nível mundial (Martins, 2005).

A realidade supracitada é, de acordo com Roberto Zana, apoiada nas seguintes premissas:

- O ineditismo do processo de transição do sistema de planejamento central para uma economia de mercado possibilitou à China a introdução de inovações institucionais, como o *dual track* para a liberalização gradual dos preços, que foram fundamentais para a trajetória exitosa de crescimento.
- O papel do Estado (governo central e local) foram fundamentais para a implementação exitosa da estratégia gradualista, cuja atuação foi favorecida pela redistribuição de poder a favor dos governos locais, bem como melhoria na capacidade de avaliação e acompanhamento das políticas em curso, sob a égide dos planos quinquenais.
- As condições iniciais do processo das reformas, ressaltada pelos adeptos do *Big Bang*, desempenhou um papel relevante, sem que isso significasse, porém, garantia de sucesso ou fracasso na implementação das medidas econômicas.
- A importância das reformas da agricultura, do surgimento das empresas de distritos e vilas (*township and village enterprises – TVEs*) e do contexto internacional (geopolítico e econômico) favorável ao êxito do setor externo chinês, o que evidencia o papel das reformas domésticas e dos condicionantes externos para o êxito da estratégia de transformação econômica.

- O crescimento das exportações chinesas (sobretudo de bens manufaturados) estimulou o aumento da produtividade, contribuindo para geração de um círculo virtuoso entre oferta e demanda, em razão dos seguintes fatores: a) transformação estrutural em direção da indústria e dos serviços, favorecendo a ampliação da produtividade média da economia; b) maior sofisticação da pauta de exportação, contribuindo para a ampliação da complexidade econômica e, por conseguinte, das possibilidades de aprendizado tecnológico; e c) a maior inserção das firmas domésticas no mercado internacional, com efeitos positivos sobre a produtividade gerados pelos processos de auto seleção e de *“learning-by-exporting”*.

- Os efeitos do ingresso de Investimentos Diretos Externos (IED) sobre as exportações se tornaram mais notórias. Em 2002, as empresas com capital estrangeiro já eram responsáveis por mais de 50% das exportações totais, contra 20% no início da década de 1990. A combinação de aumento do saldo comercial e ingresso de IDE permitiram à China acumular velozmente reservas internacionais, com a restrição ao balanço de pagamentos deixando ser o principal obstáculo ao crescimento econômico.

- Ao longo da década de 80, com vistas a conferir maior papel ao mercado na alocação dos recursos, foram adotadas reformas no comércio exterior chinês, no quais se destacam o fim do monopólio das companhias de comércio exterior e a redução do papel do planejamento central no comércio exterior.

- Para alavancar a industrialização, foram criadas na segunda metade da década de 70 as primeiras quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), todas no Litoral Sul – região escolhida pela facilidade logística e pela proximidade com Hong Kong. Estas ZEEs receberam diferentes incentivos, como isenções fiscais, que estimulavam a instalação de indústrias nesses locais. Em consequência disso, nas ZEEs formaram-se clusters que permitiam transbordamentos positivos. O sucesso das ZEEs estimulou o governo chinês a criar outras 14, também no litoral, nos anos 80, criando um sistema de comércio exterior muito mais descentralizado, dinâmico e adequado a permitir um crescimento mais intenso da balança comercial.

- A abertura do mercado externo e a redução das barreiras alfandegárias propiciaram, no período de 2002 a 2008, uma maior integração do país às cadeias produtivas globais. O setor que mais contribuiu para a expansão do valor adicionado doméstico das exportações chinesas foi o de materiais ópticos e elétricos, apesar do



declínio de participação no conteúdo doméstico de 71% para 57% entre 2000 e 2009, o que sugere uma relação entre a maior integração às cadeias produtivas globais e o aumento da competitividade das exportações, com impactos positivos sobre as exportações e criação de valor adicionado.

- As reformas do comércio exterior foram fundamentais para, além de restabelecer os mecanismos de incentivos nas atividades do comércio exterior, (re)inserir a China na economia internacional e integrá-la às cadeias produtivas globais, com reflexos positivos em termos de aumento das exportações e promoção do crescimento econômico.

- Nos anos 80 a desvalorização nominal da taxa de câmbio foi facilitada pelo quadro de controle governamental dos preços, que foi gradativamente eliminado ao longo da década, criando, assim, maiores dificuldades para a sustentação da competitividade cambial. Nos anos 90, com o fim das restrições de acesso às divisas estrangeiras para as operações comerciais, a política econômica assume a centralidade na manutenção da taxa de câmbio competitiva, conseguindo reduzir as taxas de inflação e, por conseguinte, manter o nível de taxa de câmbio nominal. Já nos anos 2000, o desafio consistia na manutenção da competitividade cambial num contexto de excesso de divisas estrangeiras. Tal objetivo foi assegurado por uma política agressiva de acumulação de reservas cambiais e de esterilização dos fluxos pelo Banco Central chinês, fato colaborado pela diversificação dos instrumentos de esterilização, bem como diferencial positivo entre a taxa de juros internacional e a taxa de doméstica.

Feito esta introdução, observa-se que na África, a China diferencia-se do Ocidente em sua abordagem por oferecer um pacote completo aos países em que aporta. Como bem ressalta Wang (2007, p. 23), para a África, a China “tem sido um mercado, um doador, um financiador, um investidor, um empreiteiro e um construtor”. Conforme o *Council on Foreign Relations* (2005). Conforme relata Pineli Alves, a China vai à África não apenas com uma necessidade de recursos naturais, mas também com os recursos financeiros e a influência política para perseguir seus objetivos de forma vigorosa. As principais empresas chinesas com investimentos na África são estatais, como são os casos das petrolíferas *China National Petroleum Corporation (CNPC)*, *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)* e *China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec)*. Por serem empresas controladas pelo Estado chinês, seus investimentos, tomados de forma individual, não precisam ser

lucrativos, podendo submeter-se à estratégia nacional do país. Isto possibilita a adoção de comportamentos mais propensos ao risco, assim como a entrada de forma mais agressiva nas concorrências pelas licenças de exploração. Este tipo de postura acaba tendo impacto de longo prazo, pois os empreendedores mais arrojados, que entram quando o investimento parece não ter uma boa relação entre risco e retorno, acabam levando grande vantagem sobre os retardatários, senão por outro motivo, pela influência política angariada.

Não bastassem às vantagens já elencadas, as empresas chinesas usualmente dispõem, como atrativo adicional nos processos licitatórios dos direitos de exploração, da possibilidade de oferta de crédito de longo prazo aos governos locais por parte de instituições financeiras oficiais chinesas. Além disso, estes empréstimos possuem uma característica muito apreciada pelos governos africanos: são isentos de condicionalidade – o contrário do que ocorre com os recursos colocados à disposição por entidades multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que exigem como contrapartida a observância de padrões mínimos de governança. Exemplar desta prática foi o ocorrido numa concorrência em Angola, na qual, juntamente com seu lance pelos direitos de exploração de um campo de petróleo, a China ofereceu um empréstimo camarada de US\$ 2 bilhões e acabou vencendo a disputa. O governo angolano, que vinha negociando um crédito de valor similar com o FMI, deu por encerrada a negociação, mostrando-se muito satisfeito pelo fato de ter identificado uma fonte alternativa de recursos que não impunha condições intrusivas para a assinatura do contrato (TAYLOR, 2006).

Na Ásia, há uma importante complementaridade entre as estruturas produtivas e comerciais da China e os demais países da região. No setor agropecuário, a China é exportadora de produtos temperados para os países da ASEAN e importadora de produtos tropicais. Já os países com estruturas produtivas mais complexas, como o Japão e Coréia do Sul, vêm se tornando fontes importantes de suprimentos de máquinas e equipamentos que dão sustentação a um ritmo intenso de ampliação dos investimentos no setor produtivo industrial. Capital e tecnologia fluem na forma financeira – via investimento direto externo – ou na importação de equipamentos modernos. Japão, Hong Kong, Taiwan e Coréia do Sul vem respondendo por cerca de sessenta por cento do IDE absorvidos pela China que, por sua vez, respondem por quarenta por cento do total de investimentos estrangeiros na Ásia. A demanda chinesa por matérias-primas e equipamentos fica patente no fato de suas importações

passarem de uma média mensal de US\$ 100 bilhões, em 2007 (Word Bank, 2007). Assim, a China posiciona-se como importadora líquida de insumos e equipamentos mais sofisticados dentro da região e a responder pela absorção de cerca de 11 % do total exportado pela região (Gill e Kharas, 2007).

O interesse chinês na Europa se embasa, principalmente, na esfera comercial e tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. A China possui grande quantidade de títulos da dívida pública de diversos países europeus, pois é de seu interesse que eles continuem a comprar produtos chineses, mantendo a sua capacidade de pagar suas dívidas e fazer novas, sendo ainda a Europa uma grande exportadora de serviços para a China, como serviços financeiros e de logística. Cabe ressaltar que os países europeus também são favorecidos pela iniciativa *One Belt One Road*, que se propõe a ligar a China com a Ásia Central e a Europa por meio de investimento em logística, como ferrovias e portos

Na América Latina, a força da economia chinesa avança sobre países como o Brasil, o Chile e o Peru. Nesse subcontinente, os sinos realizam trocas comerciais onde importam *commodities*, como minério de ferro e produtos agrícolas, e exportam maquinários, gêneros químicos e produtos industriais de alto valor agregado. A nação liderada por Xi Jinping, também, realiza investimentos em áreas ligadas a energia, mineração, siderurgia, agronegócio, telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura. Ainda, as multinacionais chinesas investiram, em IED, grande aporte de capital na região, bem como intensificou a cooperação financeira em âmbito bilateral e multilateral com recursos dos bancos chineses.

Em síntese, o processo de expansão chinesa faz com que o país busque ampliar sua presença nos quatro cantos do globo. Com esse intuito, os chineses firmaram acordos com países vizinhos e de outros continentes, investiram seus capitais em todas as regiões do globo, transformaram-se na “fábrica do mundo”, tornaram-se a maior exportadora e na segunda maior importadora do ecúmeno terrestre, buscaram ter acesso às inovações tecnológicas que propiciassem ganhos de produtividade e um salto tecnológico para suas empresas, investiram na compra de matérias primas e internacionalizaram seu capital por meio de empréstimos e investimentos.

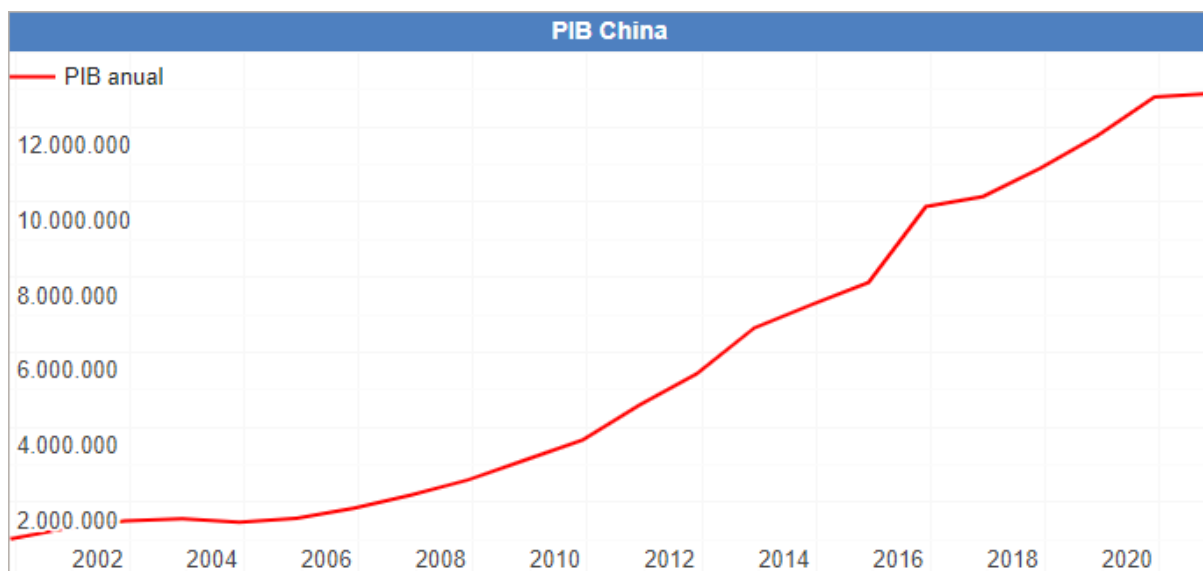


FIGURA 2 – Gráfico da evolução do PIB Chinês

Fonte: China - PIB - Produto Interno Bruto 2021 | [countryeconomy.com](http://countryeconomy.com), 2021.

#### 4.3 OS INTERESSES DA RPC, NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

Com uma população que representa, aproximadamente, um quinto da população mundial, os interesses psicossociais chineses baseiam-se na busca por potencializar o “*status quo*” interno e em projetar sua cultura no âmbito internacional.

Em seu território, o país busca fortalecer a cultura do confucionismo e valorizar preceitos como a disciplina e a organização. Além disso, objetivando elevar seus índices socioeconômicos, os chineses investem no desenvolvimento educacional e em ações que visem mitigar as desigualdades sociais. Ainda, visando manter seus altos índices produtivos, o país restringe as ações de seus sindicatos e greves, bem como exploram, com a média de carga horária de 48 horas semanais, a vasta mão de obra.

No âmbito interno, também, o interesse sino permeia à questão da segurança alimentar. Devido à grande população, o governo busca ampliar a oferta de alimento com o aumento das importações e com o desenvolvimento da agropecuária local.

No cenário internacional, a RPC incentiva a emigração de sua população de modo a aliviar a pressão demográfica em seu território e exportar o modo empreendedor chinês pelo ecúmeno terrestre. Atualmente, estima-se que cerca de 3 milhões de chineses vivam no Estados Unidos da América. Na América Latina, a população de origem chinesa também é muito grande, com destaque para o Peru, a

Venezuela e o Brasil. Na Europa há também a presença de comunidades chinesas numerosas na França, no Reino Unido, na Itália, na Alemanha e Espanha. Na África, a migração chinesa está crescendo, visto que muitas empresas multinacionais do país asiático têm aumentado os seus investimentos na região, possibilitando que muitas famílias orientais sejam transferidas para essas regiões a trabalho. A maior comunidade está na África do Sul, onde os chineses e seus descendentes totalizam cerca de 300 mil pessoas. Cabe ressaltar que, em 2010, os expatriados chineses enviaram de volta em torno de 50 bilhões de dólares, tornando-se o segundo maior destino de remessas de capital do mundo. Além disso, os chineses que moram no exterior, em muitos casos, são bem-sucedidos no comércio, na indústria e em outros setores-chave da economia, e servem como ponte entre o governo chinês e os países onde se estabeleceram.

#### 4.4 OS INTERESSES DA RPC, NA EXPRESSÃO MILITAR

República Popular da China embasa sua Defesa em cinco braços principais, sendo estes: Forças Terrestres, Força Aérea, Marinha, Força de Mísseis Balísticos e a Força de Apoio estratégico.

Dona do maior Exército do mundo, com cerca de 2,3 milhões de combatentes ativos, de um arsenal nuclear e de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, a China vem investindo pesado nos últimos anos na modernização de suas Forças Armadas e já tem o segundo maior orçamento militar do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

Toda essa magnitude tem como interesse projetar poder de modo que todo esse poderio militar seja usado para garantir uma política externa pacífica e multilateral, baseada no preceito da não-intervenção em temas internos de outros países. Ainda, segundo Tim Huxley, diretor do escritório inglês da regional da Ásia do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), A China agora sente que precisa de mais poder militar porque seus interesses econômicos são mais amplos.

Concordando com a visão acima exposta, Steven Tsang, diretor do programa de Estudos Asiáticos da Universidade Oxford, diz que a China não está planejando construir, nos próximos 10 ou 15 anos, uma força capaz de fazer frente aos Estados Unidos pois considera que isso não pode ser feito. Ele completa afirmando que a capacidade militar da China é equivalente à sua dimensão econômica e serve

primariamente para preservar seus interesses econômicos no mundo, como foi o caso do envio de navios para o Golfo de Aden no ano objetivando proteger embarcações chinesas dos grupos de piratas somalis.

O crescimento chinês é acompanhado pela evolução dos gastos militares. Segundo a site BBC News, A China gastou, no ano de 2009, em torno de US\$ 61 bilhões com defesa, que, à época, equivalia a cerca de um décimo do orçamento militar dos Estados Unidos. Atualmente, de acordo com o site Defesanet.com, os gastos militares da China atingiram US \$ 261 bilhões em 2019, um aumento de 5,1% em comparação com 2018 e correspondente a um terço dos investimentos norte-americano no mesmo ano.

Buscando modernizar e potencializar suas Forças Armadas, a China, inicialmente, passou a fabricar equipamentos estrangeiros sob licença. Posteriormente, passou a projetar seus próprios aviões, blindados, submarinos e mísseis. Atualmente, por meio da engenharia reversa ou do desenvolvimento próprio, os chineses desenvolvem materiais bélicos que tem ganhado amplo destaque no cenário global. Nesse cenário, pode-se elencar materiais de última geração como os aviões *Chengdu J-20*, *Shenyang J-31*, *Shenyang J-15*, *Flying Shark*; o bombardeiro *Xian H-6*; o drone de combate *Sharp Sword*; os mísseis hipersônicos Wu-14, antissatélite e balísticos intercontinentais; os lançadores de mísseis estacionários DF-5<sup>a</sup>; os cruzadores multitarefas Tipo 055; os Submarinos de ataque e balísticos movidos a energia nuclear; e os navios porta aviões.

O espaço cibernético tornou-se, também, nova área para a defesa nacional. Os chineses afirmam que seu país é um dos mais afetados por ataques dessa natureza, o que coloca em risco sua infraestrutura. Em razão disto, a China está acelerando o desenvolvimento de uma força capaz de atuar neste campo, mantendo a segurança da informação, a segurança nacional e a estabilidade social (Gomes, 2019).

A manutenção da Força Nuclear é considerada como uma das pedras angulares na defesa da soberania e do país. Para tal, a nação continuará desenvolvendo as capacidades de pronta resposta, comando e controle, proteção e todas as outras necessárias para a manutenção de uma força capaz de dissuadir outros países de usarem ou ameaçarem usar armamento nuclear contra a China (Gomes, 2019).

A estratégia militar da China possui, também, outros assuntos de relevância. A questão de Taiwan, território separado na prática com a instalação de um governo nacionalista após a vitória dos comunistas e considerado pelo governo chinês como

uma "província rebelde", é um foco de tensão. A pendenga de Taiwan - que tem o apoio militar dos Estados Unidos - vem sendo reduzida nos últimos tempos com a assinatura de acordos de comércio e para permitir o trânsito de turistas. O professor Tsang, da Universidade Oxford, não vê possibilidades de mudanças na natureza do conflito com Taiwan no médio prazo, mas considera que o atual fortalecimento militar da China serve para "construir uma força capaz para evitar que os Estados Unidos interfiram quando eles decidirem que chegou o momento de resolver a questão de Taiwan". Para este especialista, a China prefere não ter que recorrer ao uso militar contra Taiwan e espera que apenas a dissuasão seja capaz de convencer o governo de Taipei a negociar uma reunificação pacífica, evitando que os Estados Unidos se envolvam no conflito. "O maior temor de Taiwan hoje não é de dominação militar pela China, mas de dominação econômica pela China", comenta Christian LeMiere, da Jane's. "Taiwan é hoje uma economia que depende da China para mais de 40% de seu PIB, e isso deve crescer conforme eles aumentem seu comércio bilateral".

Outro foco de interesse está voltado para o seu mar meridional. O Mar do Sul da China é um mar semifechado, circundado ao norte pela China e Taiwan, ao leste pelas Filipinas, ao oeste pelo Vietnã e ao sul por Brunei, Indonésia e Malásia, com acesso pelo estreito de Málaca e pelo estreito de Taiwan. Essa região é uma das principais rotas comerciais do planeta, por onde circulam mais de 5,3 trilhões de dólares e vital para a economia chinesa. Devido essa importância, a China realiza diversas operações militares na região e, concomitantemente a isso, vem realizando a construção de Ilhas artificiais buscando expandir seu mar territorial.



FIGURA 3 – Mapa do Mar do Sul da China

Fonte: unesp.br, 2019.

A preocupação com o separatismo, terrorismo e subversão também ficam patentes na análise da estratégia chinesa. As províncias de Xinjiang e Tibet, onde os movimentos separatistas e as ameaças terroristas são presentes, merecem atenção especial. A preocupação com a subversão política, inclusive aquelas estimuladas por meios cibernéticos, também é muito visível. (GOMES, 2019)

Em síntese, a estratégia Militar Chinesa destina grande importância as questões territoriais e ao desenvolvimento de capacidades que possam garantir ao país a defesa de seus interesses e de sua soberania. Ainda, a preocupação com o separatismo, terrorismo e subversão também ficam patentes nos seus interesses vitais. Ainda, o aprimoramento e modernização das Forças Armadas é outro ponto que merece destaque.

#### 4.5 OS INTERESSES DA RPC, NA EXPRESSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Durante mais de trinta anos, a China adotou uma série de políticas de caráter sistêmico que se mantiveram alinhadas a um projeto de desenvolvimento em que o progresso científico e tecnológico são elementos centrais (Cassiolato, 2006)

A partir de meados dos anos 2000, a estratégia do Estado chinês tomou um rumo mais claro, a partir da implementação efetiva de políticas de desenvolvimento voltadas a construir um país orientado para a inovação. Em outubro de 2005, o CCPCC aprovou um programa de “inovação autóctone”, elevado a um nível estratégico de mesmo nível que a “política de reforma e abertura” de Deng Xiaoping. A campanha de inovação endógena foi consagrada como uma estratégia nacional que iria colocar a ciência e o desenvolvimento tecnológico no centro do padrão de desenvolvimento da China. Em um discurso de janeiro de 2006, o presidente Hu afirmou: “Em face do desenvolvimento científico internacional e da crescente concorrência internacional, a China pode aproveitar a oportunidade, através do desenvolvimento da ciência e tecnologia, como um fio condutor na sua estratégia de desenvolvimento” (Cassiolato, 2006).

O Partido Comunista Chinês delimitou, em seu plano nacional de ciência e tecnologia, que existem 68 áreas prioritárias que, se bem trabalhadas, têm missões bem definidas em relação a expectativas de avanços tecnológicos. Esses planos destacaram as oito áreas tecnológicas nas quais o domínio de 27 tecnologias de ponta é perseguido. Estes programas incluem: tecnologia da informação, biotecnologia,



materiais avançados, manufatura avançada, energia, tecnologia do mar, tecnologia de laser e tecnologia aeroespacial.

Cassiolato afirma também que o objetivo da estratégia chinesa de inovação e dos megaprojetos é bastante claro e, ainda que implícito, busca utilizar o mercado interno para desenvolver novas trajetórias tecnológicas voltadas às especificidades da economia e da sociedade chinesa. Por exemplo, a terceira meta oficial do Projeto Especial (“nova geração de redes de comunicação móvel de banda larga sem fio”) é a chamada “estratégia de 1225”, cujo objetivo é alcançar 10% das patentes globais, 25% do mercado de semicondutores de telecomunicações, 20% do mercado global de hardware de banda larga e 50% do mercado doméstico.

Apoiando o acima exposto, os interesses científicos e tecnológicas chineses possui três polos diretores. O primeiro visa o enfrentamento dos desafios sociais por meio das inovações. Nesse contexto, o país tem desenvolvido processos de inovação que buscam garantir a segurança alimentar e a saúde pública, bem como prevenir os problemas gerados pelo envelhecimento da população e por desastres naturais. Aqui, ressalta-se o programa *Spark*, que promove o desenvolvimento agropecuário e rural, e o Programa de C&T para o Bem-estar público, que fomenta a produção e comercialização de tecnologias que possam beneficiar o desenvolvimento social.

O segundo vetor apoia-se na organização geográfica das inovações dentro da China. Com esse intuito, projetos com níveis de tecnologias afins são postos próximos de modo a facilitar as cadeias de suprimentos. Por exemplo, as cidades de Guangdong, Beijing e Shanghai, concentram em torno de 73% das patentes do País. Ainda, percebe-se que distribuição da inovação na China é comandada pelas forças das aglomerações (população, especialização produtiva e infraestrutura). No entanto, a concentração de tecnologias potencializou o crescimento das regiões abarcadas e, como efeito negativo, mitigou o desenvolvimento das áreas não atendidas.

A terceira vertente aposta no desenvolvimento da tecnologia limpa. Para atingir esse interesse, a China potencializou os investimentos no desenvolvimento em energias renováveis como a solar e a eólica, bem como em práticas que mitiguem o desperdício e que diminuam a poluição.

Apoiado no projeto de se tornar, até 2050, um líder global em termos de força nacional abrangente e influência internacional, a China desenvolve e potencializa um sistema universitário moderno e vocacionado em enfrentar desafios tecnológicos. Por exemplo, de acordo com a revista *Forbes*, sete das dez melhores universidades

pertencentes aos países do BRICS encontram-se na China. Com destaque para a Universidade *Tsinghua*, Universidade de Pequim e pela Universidade *Fudan* que foram, respectivamente, as três mais bem classificadas.

Por fim, os interesses científico-tecnológicos chineses perfazem, também, áreas como a aeronáutica e astronáutica; tecnologia aeroespacial; clonagem, embriologia e virologia; geologia, paleologia e arqueologia; química, ciência dos materiais e nanotecnologia; ciências da computação e internet; tecnologia 5G; Informação quântica; e inteligência artificial e robótica.

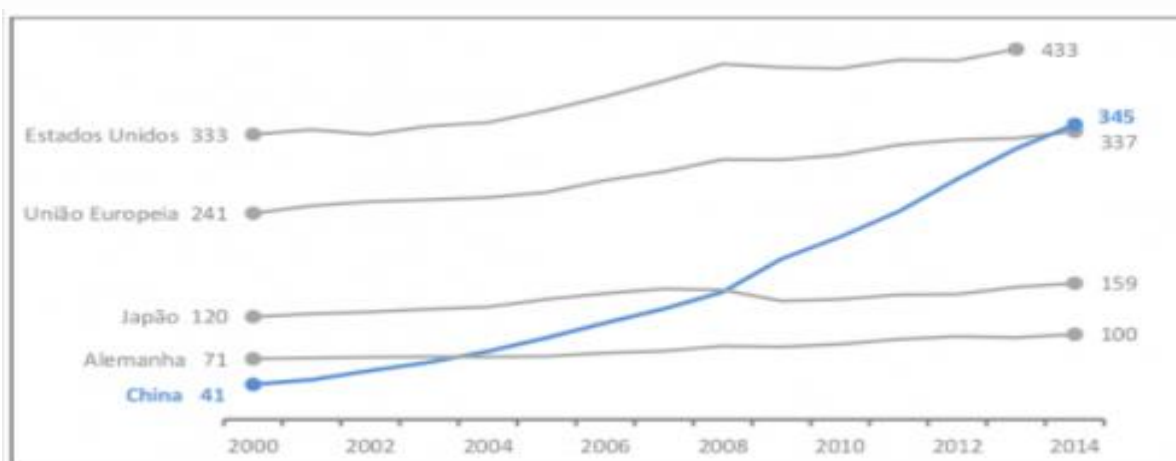


FIGURA 4 – Despesas em Pesquisa e desenvolvimento (P&D) de 2000 a 2014.

Fonte: Inovações tecnológicas na China: lições e perspectivas | (tche.br).

## 5. O CONFLITO DE INTERESSES ENTRE AS POTÊNCIAS

Desde a sua formação, a nação norte-americana é imbuída de um sentimento de excepcionalidade que condiciona suas ações, acreditando que seus valores e suas políticas advêm de um suposto estatuto divino que lhe confere a legitimidade para pregar as suas convicções como se fossem valores universais e/ou naturais. Nesse sentido, qualquer formação política que não esteja baseada nos princípios da democracia representativa, do direito de propriedade e nos chamados “direitos do homem” não possui legitimidade e, portanto, deve ser forçado/estimulado a se reformar, tal qual argumenta *Ashok Nath*: “Não existe outro caminho a seguir além de uma genérica ordem mundial em que cada país é forçado a ter a mesma interpretação de democracia que os EUA”. (NATH JOHNSON, 2007).

De forma similar, é interessante notar que os chineses, por vias distintas, também ressaltam a sua excepcionalidade. Por mais de dois mil anos os dirigentes chineses julgavam que seu sistema político e moral era superior aos dos demais países do planeta, acreditando que seu imperador era mandatário do Céu, o que implica supor que tudo que se encontra debaixo do céu era considerado objeto de seu domínio (MATTOS, 2016).

Baseados nessa dicotomia de valores, percebe-se que a relação de interesses entre as nações lideradas por Joe Biden e Xi Jinping apresentam características marcadas por divergências, à medida que disputam a liderança global em diversos setores, e pela complementariedade, ao passo que suas economias dependem sobremaneira da pujança da outra.

Assim, a bipolaridade nas relações entre as potências é notada em diversas questões de notória significância. Por exemplo, em dezembro de 2017, o governo Trump publicou o novo relatório da Estratégia de Segurança Nacional, que apontava abertamente a China como concorrente estratégico e principal ameaça aos interesses globais do país (RIBEIRO, 2020). A China, em contrapartida, por acreditar que a liderança estadunidense deseja intensificar os seus pontos de vulnerabilidades, busca desenvolver estratégias capazes de anulá-las de modo a permitir a ascensão pacífica desse gigante oriental.

Embasado no acima exposto, a política externa norte-americana, de acordo com Moniz Bandeira e Samuel Guimarães, atua buscando contrapor os interesses chineses adotando os seguintes objetivos estratégicos:

- eliminar o déficit comercial no comércio bilateral visto que, em 2018, o déficit americano com a China foi em torno de US\$ 419,52 bilhões;
- impedir a transferência de tecnologia avançada das corporações norte-americanas para a potência oriental. Pois, atraídas pelos mercados chineses, pelas grandes reservas de engenheiros altamente qualificados e pela mão de obra de baixo custo, as empresas ocidentais estão sendo atraídas pelos subsídios que muitas cidades e regiões chinesas propiciam, migrando, conseqüentemente, sua tecnologia para a China;
- reduzir a presença de estudantes chineses nos EUA, que seriam 370 mil em 2019. Para tal, conforme disse Chad Wolf – chefe interino do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, os norte-americanos estão bloqueando a

concessão de vistos para estudantes de pós-graduação e pesquisadores chineses para impedi-los de roubar pesquisas confidenciais;

- impedir a adoção da tecnologia 5G da Huawei. Nesse sentido, o governo americano se preocupa com a adoção da tecnologia 5G ao redor do mundo, a qual é especialidade da Huawei, pois ela guiará a próxima era de inovação e a possibilidade de domínio da China é relevante;

- promover o retorno da produção industrial para os EUA. Atualmente, cerca de 70 mil companhias americanas estão instaladas na China e, por meio de políticas atrativas, o governo norte-americano busca o retorno dessas empresas;

- enfatizar as relações na Ásia (*rebalance to Asia-Pacific*);

- isolar a China de seus vizinhos próximos. Os Estados Unidos, ademais, insistem em suas críticas à situação de direitos humanos e ao regime político chinês, acusado de ditatorial, provocando irritação nas autoridades chinesas enquanto sua política de venda de armas a Taiwan e estímulo à sua independência contrariava seus compromissos;

- expandir o orçamento e a presença militar do país;

- alinhar os países europeus contra a China;

- manter sua hegemonia militar em todas as regiões do globo;

- manter sua hegemonia sobre os sistemas de comunicação e informação;

- manter sua hegemonia nos organismos econômicos internacionais;

- manter sua hegemonia sobre o acesso a recursos naturais no território de outros países, em especial ex-colônias;

- expandir as ações de suas corporações multinacionais;

- fortalecer sua influência sobre a América Latina;

- manter sua hegemonia política através do controle, tanto quanto possível, do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

- atrair fluxo de investimento estrangeiro direto, promovendo intensa transferência de tecnologia e expandindo e diversificando suas exportações;

- manter a vanguarda americana no desenvolvimento científico e tecnológico em termo de aplicações civis e militares; e

- manter abertos os mercados de todos os países para seus capitais e para suas exportações de bens e serviços.

Em contrapartida, ainda de acordo com Moniz Barreto e Samuel Guimarães, a China rivaliza seus interesses com os EUA adotando uma estratégia de política externa com as seguintes características e objetivos:

- manter relações de não-confrontação em geral e, acima de tudo, evitar a confrontação militar com os Estados Unidos;
- assegurar fontes diversificadas de matérias primas para a economia chinesa;
- abrir mercados para as exportações e para os investimentos chineses;
- não interferir em assuntos internos políticos ou econômicos dos países;
- não impor condicionantes políticas ou econômicas para a cooperação econômica nem fazer críticas sobre a situação de direitos humanos ou sobre o regime político de terceiros países;
- fortalecer seus laços com os países vizinhos através da Organização de Cooperação de Shangai (SCO), do acordo com a ASEAN (Associação de Países do Sudeste Asiático) integrada por Brunei; Camboja; Indonésia; Laos; Malásia; Mianmar; Filipinas; Singapura; Tailândia; Vietnã; de acordos bilaterais com a Rússia e das obras de infraestrutura do Cinturão e Rota da Seda;
- atrair o maior fluxo de investimento estrangeiro direto possível de modo a promover intensa transferência de tecnologia; a expandir e diversificar suas exportações; a crescer seu PIB à média de 10% ao ano; e a tornar-se o maior país importador e exportador do mundo;
- Apresentar-se como um parceiro confiável, pacífico, cooperativo em especial em relação aos países de sua vizinhança mais próxima. É importante mencionar que entre os principais investidores na China se encontram empresas de Taiwan e Hong Kong e as comunidades, prósperas e influentes, da Diáspora chinesa em vários países da Ásia, que somam cerca de 10 milhões de descendentes de chineses;
- desenvolver iniciativas de aproximação e programas de cooperação com os países africanos, com os países latino-americanos, com os países árabes e com os países que se encontram no que se chamou de Cinturão e Rota da Seda;
- contrabalançar a ação americana com iniciativas tais como a Parceria Econômica Abrangente, Área de Livre Comércio, projetos econômicos e criação de instituições financeiras de fomentos como o banco do BRICS e do Banco Asiático de Infraestrutura;

- expandir sua presença em altos cargos de organismos como o FMI, o Banco Mundial e as Nações Unidas;

- Criação e fortalecimento de blocos de poder de abrangência global e regional. Nesse contexto, destaca-se, por primeiro, a criação dos BRICS, em companhia da Rússia, da Índia, do Brasil e África do Sul e o desenvolvimento do Novo Banco de Desenvolvimento para financiar projetos de infraestrutura e os Acordos de Reserva Contingente, para fazer face a dificuldades de balanço de pagamentos. Em segundo, a Organização de Cooperação de Shanghai (SCO), que foi fundada em 2001, com a Rússia, o Cazaquistão, o Tadjiquistão, Quirquistão e Uzbequistão, e da qual, em 2017, a Índia e o Paquistão se tornaram membros. Sua finalidade principal é a cooperação em matéria de segurança e de combate ao terrorismo, ao separatismo e ao extremismo. Por terceiro, a criação, em 2014, do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. A criação do Banco atraiu grande interesse europeu e suscitou a oposição americana. Todavia, metade dos países da OTAN e os grandes países asiáticos assinaram, à exceção do Japão. Seus membros fundadores mais importantes foram a Áustria, Reino Unido, Itália, Alemanha, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Austrália, China, Coreia do Sul, Paquistão, Rússia, Índia, África do Sul e Brasil;

- expandir as ações de suas corporações multinacionais;
- investir em infraestrutura, nos moldes do *Angola Mode*, em países africanos e da América Latina;

- controlar o Mar do Sul da China devido aos recursos naturais e a sua localização estratégica. Em 2012, a China ocupou um banco de areia perto das Filipinas chamado *Scarborough Shoal* ato ao qual os EUA não reagiram. Em 2014, a China começou a construir ilhas artificiais em cima de sete recifes no Mar do Sul, que considera como necessárias à sua defesa;

- reestabelecer o território da Grande China, que inclui as regiões separatistas do Tibete e de Xinjiang;

- recuperar a esfera de influência e impedir a atuação dos americanos no seu entorno estratégico; e

- assumir protagonismo nos assuntos relevantes do debate diplomático mundial.

## 6. OS POSSÍVEIS REFLEXOS PARA O BRASIL

### 6.1 O BRASIL

O Brasil é um gigante territorial, considerado o 5º país em extensão do mundo, que, atualmente, apresenta uma série de atrativos para outras nações. A economia apresenta-se como diversificada e com pujantes índices, estando, no ano de 2017, classificada como a oitava maior do mundo. Apresenta, também, uma das maiores biodiversidades do planeta. Sua população, que abrange cerca de 210 milhões de habitantes, representa um grande mercado consumidor e uma vasta força de trabalho.

Além do acima exposto, outros fatores cooperaram para a maior inclusão do Brasil no novo ordenamento global:

1) Globalização gerou internacionalização do capital nacional e maior inserção do Brasil no mundo;

2) Doutrina Neoliberal, adotado pelo Brasil no final dos anos 90, gerou maior valorização do capital em relação ao bem social (empregos e salários), o que avultou a concorrência de empresas brasileiras com multinacionais e intensificou a entrada de Investimento Externo Direto (IED) no país. Além disso, a adoção da cartilha pregada no Consenso de Washington possibilitou a adoção de novos empréstimos e cooperações econômicas pelo FMI e pelo Banco Mundial;

3) A estabilização e a abertura econômica, ocorrida no final dos anos 1990, aumentou a importância do Brasil no mundo multipolar;

4) O aumento da importância regional brasileira, devido ao fato do Brasil ser o principal país latino-americano, por não possuir grandes rivalidades e por se fazer presente em diversos organismos internacionais, fez com que diversos países do mundo voltassem uma atenção especial para o Brasil;

5) O fato do Brasil ser grande exportador de commodities (soja, petróleo, minério de ferro, algodão, celulose, milho, café, açúcar), ser possuidor de importantes recursos estratégicos, incluindo água, além ter de imensa capacidade de produção e exportação de agropecuários, permitiu que o Brasil se destacasse no cenário global;

6) O grande potencial importador brasileiro, com destaque para a compra de componentes eletrônicos, óleos combustíveis, peças de veículos, veículos de carga e trigo, circuitos eletrônicos, cobre e minério de cobre, produtos químicos, automóveis

e inseticidas, permite que outros países busquem o país para estabelecerem parcerias comerciais de vulto; e

7) A resolução das problemáticas internas e externas baseadas nos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz, de repúdio ao terrorismo, da solução pacífica dos conflitos e da democracia faz com que o país seja bem-visto no cenário internacional.

Além do acima exposto e com o intuito de potencializar sua participação no sistema internacional, o Brasil tem buscado mitigar seus problemas conjunturais de modo a atrair parcerias internacionais. Nesse cenário, as seguintes questões ganham destaque:

1) Vulnerabilidades econômicas. Atualmente, a maior parte dos produtos exportados pelo Brasil são de baixo valor agregado. Além disso, o país apresenta dependência de importação de bens de capital e de capital financeiro e produtivo internacional. Na parte comercial, o Brasil tem buscado aumentar suas relações com países asiáticos e com as grandes potências, bem como estar mais presente para negociações de produtos em fóruns;

2) Vulnerabilidades militares e políticas. Analisando a imensidão territorial e a importância regional e global da nação, o Brasil apresenta um quadro de insuficiência de pesquisas e desenvolvimento militar e de material bélico. Nesse contexto, o Brasil tem estabelecido parcerias de desenvolvimento de Produtos de defesa (PRODE) e comprando material militar de diversos países do ecúmeno terrestre;

3) Vulnerabilidades sociais e culturais. Atualmente, o cenário interno brasileiro é marcado pela concentração de renda, pelo acesso precário a serviços sociais e pelo seletivo acesso à educação de qualidade e à cultura. Para mitigar tal realidade, o país tem investido em programas assistenciais, como o Renda Brasil e o Escola para Todos, de modo a melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos;

4) Credibilidade internacional dependente da capacidade de resolver problemas internos, tais como a melhora no crescimento econômico, na distribuição de renda, no acesso aos direitos sociais e humanos e na resolução da narrativa ligada as questões ambientais. A solução desses pontos negativos permite que o cenário internacional se conecte, predominantemente, nas questões de interesse do Governo brasileiro; e

5) Importância do domínio da tecnologia por intermédio do estímulo à mentalidade científica na sociedade e políticas industriais e comerciais que estimulem



a modernização da produção. A potencialização dessas questões, torna o país ainda mais atrativo no cenário global.

## 6.2 OS POSSÍVEIS REFLEXOS DAS DISPUTAS DE INTERESSE

Após apresentadas as oportunidades e as ações brasileiras, serão elencadas, doravante, os possíveis reflexos das disputas de interesse entre os estados unidos da América e a China para o Brasil.

Inicialmente, cabe destacar que a China e Estados Unidos, as duas maiores economias do planeta, encontram-se em permanente estado conflitivo. Mas, na verdade, as disputas, seguido de afagos, atropelados por outro bate-cabeça, é o novo normal das relações entre os dois países. Assim, é importante salientar que os dois países navegam no cenário global buscando dinheiro, controle de mercado e de redes de fornecimento e, em última instância, pelo poder de deter a palavra final em questões delicadas. Nesse balé, como abordado por Neves e Costa, os coadjuvantes que pegarem o ritmo e capricharem nos passos podem sair ganhando. O Brasil já está na dança pois tem a China como seu primeiro parceiro comercial e os Estados Unidos, o segundo. Além disso, a possibilidade da realização ou o fortalecimento de parcerias estratégicas com ambas as potências, de forma bilateral ou multinacional, se configura como uma excelente oportunidade para o Brasil.

Como um país emergente, o Brasil tradicionalmente exporta matéria-prima (*commodities*) e importa produtos para a comercialização (manufaturados). Nessa situação, a China se configura como uma das nossas principais parceiras econômicas, sendo a soja nossa principal mercadoria negociada. Além disso, os Estados Unidos também são um grande comprador de produtos semimanufaturados brasileiros. A relação de importação e exportação entre Brasil, Estados Unidos e China movimentam bilhões. Nesse contexto, o conflito de interesses pode fazer com que o Brasil conquiste parte do comércio que as potências dedicavam a outra e, assim, fortaleça as relações com ambas as nações.

Quando essas nações olham para o Brasil, percebem uma série de atrativos. Com uma população de mais de 200 milhões de habitantes, essa é uma região, que compreende mais de 8 milhões de quilômetros quadrados de

superfície, apresenta terras férteis, água em abundância, grandes diversidades geográficas e biológicas, portanto geradores de importantes recursos alimentícios, energéticos e minerais. É um país onde estão localizadas grandes reservas de petróleo, ferro, cobre, lítio e prata. Assim, esses atrativos geram recursos externos de multinacionais norte-americanas e chinesas, bem como investimento em infraestruturas.

No tocante as disputas tarifárias, para Marcos de Paiva Vieira, professor de economia da Universidade de Tecnologia de Cantão, o Brasil pode explorar a situação de forma positiva. "É um momento para se aproveitar a disputa, em todos os seus aspectos, para buscar mais negócios e investimentos. Sendo pragmático, o Brasil deve manter-se equidistante, abrindo-se para as investidas dos dois lados. Não há situação mutuamente excludente nas oportunidades de negócios comerciais, de fusões e aquisições de investimentos estrangeiros."

Como reflexo negativo, William Jackson, economista especializado em mercados emergentes da consultoria *Capital Economics*, acredita que o Brasil pode ser atingido de outras formas. "Primeiro, uma deterioração mais geral do cenário causada por preocupações comerciais poderia enfraquecer o real, aumentando a inflação. Segundo, o Brasil estaria vulnerável se os EUA comesçassem a impor tarifas amplas sobre alguns bens específicos, como aeronaves. Por último, se a guerra comercial fizer a economia chinesa desacelerar, isso pode fazer com que os preços das *commodities* que o Brasil exporta diminuam."

Ainda, segundo a publicação do site BBC News, para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), a guerra comercial é uma briga de elefantes, onde a grama é destruída e todo mundo sai perdendo. Um estudo do órgão feito com 124 países mostra que no pior cenário, o de uma guerra comercial envolvendo todas os países do mundo, as tarifas médias aplicadas às exportações brasileiras poderiam passar dos atuais 5% para 32%.

No cenário político, três são os macros pilares que podem trazer reflexos para o Brasil. O primeiro deles é a busca da acomodação estratégica global com os Estados Unidos como maior potência do mundo; a segunda é a valorização do papel das organizações internacionais multilaterais, com defesa da multipolaridade; e a terceira é atualização das estruturas de governança global e o incremento da cooperação Sul-Sul, associados a ascensão da China como

principal potência global. Neste quadro tático-estratégico, as interações norte-americana com o Brasil se inserem no primeiro e no segundo pilar. No primeiro, O Brasil conduziria sua política de uma maneira subserviente e aproveitaria as oportunidades geradas pela pujança dos Estados Unidos. No segundo pilar, as relações se fortaleceriam à medida que o Brasil aumentasse seu protagonismo nas organizações multinacionais globais. Por outro lado, as interações chinesas com o Brasil inserem-se, como se pode perceber, nas duas últimas dimensões. Na segunda dimensão, os reflexos para o Brasil são gerados por meio das relações multilaterais no âmbito dos BRICS e dos IBAS, por exemplo, e demais organizações internacionais; e no terceiro pilar, as interações com a China promoveriam o crescimento brasileiro à esteira do fortalecimento chinês.

No campo militar, a região do Atlântico Sul voltou a ser definida como estratégica para o interesse dos Estados Unidos no campo da segurança. Para tal, foi realizada a reativação da Quarta Frota e o aumento dos investimentos no Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM). Como consequência, o Brasil observou as ações desta potência em seu entorno estratégico. Por outro lado, a necessidade de aproximação com o Brasil tem feito os Estados Unidos ofertarem possibilidades importantes como, por exemplo, a nomeação brasileira como aliado extra OTAN. Em relação a China, o principal reflexo para o Brasil é a formação de parcerias para desenvolvimento de materiais militares de uso dual como, por exemplo, os satélites da família CBERS.

Na vertente científica-tecnológico, a disputa em torno do domínio das redes de 5G, como rede de infraestrutura de informação e plataforma para futuras inovações, se transformou em um complexo conflito geopolítico pelo controle do próximo padrão tecnológico dominante e pela liderança de grandes potências no sistema internacional. Assim, o Brasil se tornou palco da disputa entre a China e os Estados Unidos pela implementação da tecnologia e, em maior escala, do conflito hegemônico entre as duas potências (BELASQUES, CASTRO, CARNEIRO, ABRAÃO e SANTOS, 2020).

Portanto, assim como em outras eras de mudanças significativas no equilíbrio de poder que podem levar à multipolaridade, o sistema experimenta uma era de fragilidade. A elevação das crises externas somadas às fragmentações sócio-econômicas internas, comuns a todos os polos, tradicionais e emergentes, em diferentes graus, indicam a continuidade de um século XXI de incertezas. Para

o Brasil, pivô sul-americano, a liderança regional, em um contexto de polarização Estados Unidos-China em sua zona de influência e mesmo no mundo, surge como desafio que deve ser encarado com pragmatismo e com a manutenção da assertividade de suas relações internacionais (PECEQUILO, 2013).

Ainda, cabe a diplomacia brasileira adotar parâmetros que, de uma forma neutra, sejam capazes de aproveitar as oportunidades geradas pelo conflito de interesses entre as grandes potências do Pacífico, a fim de que os reflexos gerados para o Brasil sejam predominantemente positivos.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. ECEME. **Formatação de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **MD 33-M-02: Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. 3. ed. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Lucas. **A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA**. In: Contexto Internacional, v. 30, p. 361-398, 2008.

ALLISON, G. **A caminho da guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ALMEIDA, Lúcia Maria Alves de. **Fronteiras da Globalização**. Editora Ática, 2013

Alves, André Gustavo Miranda Pineli. **Os interesses econômicos da China na África**. In: Boletim de Economia e Política Internacional. 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: Geopolítica E Dimensão Estratégica Dos Estados Unidos**. Editora Civilização Brasileira, 2013

BARCELLOS, B. L.; MÉRCHER, L. **Nova Rota da Seda: China e sua maximização econômica por recursos de poder**. Geosul, Florianópolis, dez. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/articleview/76685/44698>. Acesso em: 22 Jul 2021

BELASQUES, Bruna; CASTRO, Bruno; CARNEIRO, Gabriel; ABRÃO, Rafael; e SANTOS, Vitor Hugo. **Tecnologia 5G: O Brasil como palco das disputas estratégicas entre China e Estados Unidos**. Disponível em: Tecnologia 5G: O Brasil como palco da disputa estratégica entre China e Estados Unidos – Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (opeb.org)> acessado em 16 de setembro de 2021.

BEZERRA, Juliana. **Brasil: tudo sobre o nosso país**. Disponível em: Brasil: tudo sobre o nosso país - Toda Matéria (todamateria.com.br). Acessado em 17 de setembro de 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. ECEME. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro, 2012.

CELLES, Luiz Eduardo Pombo. **As Expressões do Poder Nacional: uma nova taxionomia**. Universidade da Força Aérea, 2016

COELHO, D. B.; MASIERO, G.; CASEIRO, L. **A ascensão da China e seus reflexos no Brasil: fundamentos e evidências para uma estratégia de desenvolvimento**. Revista Brasileira de Inovação, v. 14, n. esp, p. 85-108, 2015

DAMAS, Roberto Dumas. **China X EUA. Como a economia global e geopolítica vai se comportar após a pandemia.** Editora Saint Paul, 2020.

DUARTE, Luíza. **Como a guerra comercial entre EUA e China pode afetar o Brasil.** Disponível em: Como a guerra comercial entre EUA e China pode afetar o Brasil - BBC News Brasil> Acessado em 18 de setembro de 2021.

ESTADÃO. **EUA X China: como o Brasil fica nessa briga?** Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/fernando-dantas/eua-x-china-como-o-brasil-fica-nessa-briga/>>. Acesso em 30 março 2021

GEROMEL, Ricardo. **O Poder da China.** Editora Gente, 2020.

GIAMBIAG, Fabio. **O Futuro do Brasil.** Editora Atlas, 2020.

GILL, I., KHARAS, H. **An East Asian Renaissance: ideas for economic growth.** Washington, 2007.

GUIA DO ESTUDANTE: Disponível em:< <https://guiadoestudante.abril.com.br/curso-enem-play/entenda-a-recente-disputa-entre-estados-unidos-e-china/>>. Acesso em: 22 JAN 2021.

HERZ, Mônica e HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

JABBOUR, E.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, C. **A (Nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje.** GEOSUL, 2020.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MARTINS, Carlos. **A ECONOMIA CHINESA E A SUA INTEGRAÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL.** In: Boletim econômico do banco de Portugal. 2005.

MATTOS, Thaís Caroline Lacerda. **As disputas hegemônicas entre Estados Unidos e China e a construção de uma nova ordem mundial.** Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”. 2016.

Melo, Paulo Roberto da Silva Gomes. **Estratégia Militar da China para o Século XXI.** Disponível em: <http://www.velhogeneral.com.br>. consultado em 10 Jul 21.

MENDES, Carmen Mendes. **Política Externa Chinesa: um jogo em vários tabuleiros.** In: Revista de Estudos Chineses. Instituto Português de Sinologia. 2008.

MIGOWSKI, Eduardo. **Estados Unidos, China e a transição de poder no século XXI.** Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares. Disponível em: Vista do Estados Unidos, China e a transição de poder no século XXI (eb.mil.br). Acesso em: 25 Jul 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização** - Declaração de e-Thekwini. V *Cúpula do BRICS*. Durban, 27 mar. 2013> Acessado em 102 de setembro de 2021.

NEVES, Ernesto; e COSTA, Machado da. **Revista Veja. A disputa entre China e EUA se acirra — e pode ser vantajosa para o Brasil**. Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/a-disputa-entre-china-e-eua-se-acirra-e-pode-ser-vantajosa-para-o-brasil/>> Acessado em 15 de setembro de 2021.

NOGUEIRA, I; BACIL, F.; GUIMARÃES, J. **A caminho de um estado de bem-estar social na China? Uma análise a partir dos sistemas de saúde, educação, economia e sociedade**. 2020.

PAUTASSO, D.; UNGARETTI, C. R. **A nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico**. Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2016.

PAUTASSO, Diego. **As relações econômicas internacionais entre China e Angola**. In: Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. Brasília-IBRI v. 109, p. 23-25, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China**. Disponível em: Vista do A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China (abri.org.br)> Acessado em 15 de setembro de 2021.

PIRES, Verônica Moreira Dos Santos. **Estados Unidos: Projeto de poder**. Editora: Metanoia Editora E Comunicação Ltda, 2020.

POLITIZE. **EUA E CHINA: ENTENDA A GUERRA COMERCIAL**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/eua-e-china-guerra-comercial/>. Acesso em 31 março 2021.

RANGEL, I. **Prossegue a recuperação chinesa**. Editora: Cadernos do Nosso Tempo. 1952.

**Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 1 (130), pp. 60-81, janeiro-março/2013.

Rocha, Antônio Jorge Ramalho da. **O sistema político dos EUA: implicações para a política externa e de defesa**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

SARAIVA, José. **A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?** In: Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília. 51 (1), 2008, pp. 87-104.

SIPRI: Disponível em: <https://www.sipri.org/>. Acesso em 28 MAR 2021

TAYLOR, I. **China's oil diplomacy in Africa**. *International affairs*, vol. 82, n. 5, p. 937-959, 2006

UOL: Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/05/29/as-razoes-da-rivalidade-entre-china-e-eua.htm>>. Acesso em: 22 JAN 2021.

VIOLANTE, A; MARRONI, E; MAIA, A. **Reflexões sobre guerra hegemônica na atualidade: China e Estados Unidos da América**. GEOSUL, 2020.

ZANA, Eduardo Roberto. **O papel do setor externo no crescimento da economia chinesa**. Universidade Estadual De Campinas. 2016